

**“SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA AGRICULTURA
BRASILEIRA: A PRODUÇÃO DE TRIGO NO RIO GRANDE
DO SUL”. RESPOSTA A COMENTÁRIOS POR**

DR. ADY RAUL DA SILVA

Peter T. Knight*

Agradeço ao Dr. Ady Raul da Silva, um dos mais destacados criadores de variedades de trigo brasileiro, sua valiosa contribuição aos argumentos econômicos em favor da produção de trigo nacional. Estou de acordo com uma boa porção de seus comentários, mas devo fazer algumas observações adicionais que a seguir se detalham.

A primeira metade dos argumentos aportados pelo Dr. Silva tem a ver com a minha estimativa do custo do trigo gaúcho posto em portos não rio-grandenses onde substitua importações do produto estrangeiro. O Dr. Silva discute a taxa de câmbio e a estimativa de custos de transporte utilizados por mim, tanto como o fato de que não recomendei uma política de baixar os custos do trigo nacional, não somente através da pesquisa, mas também por meio de melhoras no sistema de transportes e medidas destinadas a reduzir o alto preço de insumos manufaturados nacionais.

É reconhecido que a taxa de câmbio de Cr\$ 2,22 por dólar que prevaleceu de 16-11-65 até 13-02-67 foi bastante supervalorizada no fim deste período. Mas foi a taxa prevalecente durante o período em que o trigo nacional devia ter substituído o produto importado nas cidades do Centro-Sul do País. A colheita gaúcha termina efetivamente na primeira

* O autor é atualmente assessor em economia e agricultura da Fundação Ford em Lima, Peru.

quinzena de dezembro, deixando dois meses para transportar e consumir o produto nacional, que naquela época [1960-67] representou mais ou menos 14 por cento do consumo nacional. A parte disponível para comercialização fora da região produtora era bem menos. Em dois meses, supondo-se um consumo estável durante o ano, se consumiria 16,7 por cento do total para um período de 12 meses, ou bem mais do que a produção disponível para consumo dentro e fora da região tritícola depois de eliminar reservas para sementes.

Mesmo assim, o Dr. Silva tem razão quando sugere que a taxa oficial usada por mim foi uma taxa supervalorizada. Isto não quer dizer que a taxa oficial de Cr\$ 2,715 prevalecente de 13-2-67 até 24-01-68 foi uma taxa “de equilíbrio”. Deve-se reconhecer que há certa arbitrariedade na escolha de uma taxa de câmbio. Utilizei a taxa oficial tanto para insumos importados (na época de sua provável importação) como para o trigo, para não entrar em grandes debates sobre a taxa apropriada. Poderia ter apresentado algumas taxas alternativas, ou pelo menos uma média ponderada das taxas oficiais prevalecentes durante o primeiro trimestre de 1967 e o último mês de 1966. O leitor deve notar, porém, que se eu tivesse dados diretos sobre os custos de produção dos outros produtos e não estimativas baseadas sobre seus preços internacionais menos os impostos, a utilização de uma taxa de câmbio mais alta para converter estes custos em dólares teria baixado o custo em recursos domésticos [medidos em dólares] não somente do trigo, mas também do outro produto principal, a carne bovina, que compete com o trigo pela terra no Rio Grande do Sul.

O Dr. Silva diz que minha estimativa de 20 por cento do preço oficial ao produtor, ou \$ 23.60 dólares por tonelada à taxa oficial, é elevada demais para colocar o trigo gaúcho no Rio de Janeiro ou Santos. Não disponho de dados sobre os verdadeiros custos de armazenagem, transporte até os portos gaúchos, carregamento, e transporte marítimo até o Rio de Janeiro e Santos. O Dr. Silva deve ter acesso a tais dados, mas não os apresenta, contentando-se em observar que minha estimativa é maior do que o custo de transporte das zonas produtoras dos países exportadores de trigo. Seria interessante ver os dados do Banco do Brasil, que seguramente tem tais custos bem estudados, mas o Banco do Brasil não me ofereceu estes dados. Os funcionários deste Banco queixaram-se de todo modo, que eram altos demais.

O Dr. Silva acha que eu deveria ter apresentado a diminuição dos custos de transporte e insumos manufaturados como uma solução lógica ao problema do custo elevado de produção e transporte do trigo gaúcho. Mas tal “solução” seria favorável também aos outros produtos nacionais, pelo menos um dos quais, a carne bovina, compete com trigo pela terra e insumos manufaturados, e não é claro que o resultado econômico seria favorecer a utilização destes recursos para a produção do trigo.

Talvez seria um uso mais eficiente destes recursos plantar pastagens artificiais em rotação com soja e produzir mais carne para exportação. [O soja já se planta em rotação com trigo em grandes áreas do extremo sul]. Não pretendo dar a solução, senão plantar o problema, que é um de **vantagem comparativa**. Mesmo se fosse possível produzir e transportar trigo abaixo do custo de importações, poderia ser mais econômico produzir carne com os mesmos recursos. Se ou não isto é vantajoso em 1973 tem que ser estabelecido através de uma nova pesquisa.

O Dr. Silva nota que os preços de trigo pagos aos produtores em países como Índia e México, onde as variedades mais capazes de aproveitarem a alta fertilização de nitrogênio já estão sendo plantadas em larga escala, estes preços têm sido acima do preço pago ao produtor brasileiro. Isto não quer dizer que o Brasil não deve adaptar tais variedades, de porte baixo e palha rígida, às condições ecológicas brasileiras, o que atualmente os pesquisadores brasileiros estão tentando fazer. Parece que o Dr. Silva confunde a resposta física à fertilização com a dose ótima de fertilizantes. O fato é como bem sabe o Dr. Silva, que as variedades brasileiras disponíveis em 1968 não podiam suportar altas dosagens de nitrogênio sem acabar assim **reduzindo** a produção, sem tomar em consideração os preços de fertilizantes ou de trigo. É verdade que com preços mais baixos de trigo as variedades do tipo usado em México e Índia teriam níveis ótimos de fertilização [e rendimentos] mais baixos; mas não tão baixos como as variedades brasileiras. ⁽¹⁾

(1) Veja meu artigo “Modernização Agrícola: o uso de fertilizante no Rio Grande do Sul” publicado no presente número desta revista.

Outro argumento apresentado pelo Dr. Silva é que muitos países produtores de trigo têm preços bem altos para seus produtores e que estes países preferem pagar preços altos no mercado interno a importar trigo a preços mais baratos. Aqui vou repetir o que disse na página 99 do meu artigo original: “Se outras nações estão desejosas de subsidiar os consumidores de trigo brasileiro, isto representa um ganho líquido para o Brasil” E se outros países importadores subsidiam seus produtores nacionais, não é um argumento em favor de tal política no Brasil: o que o Brasil faz deve ser o que é mais vantajoso para o Brasil, considerando todas as opções abertas.

O último argumento em favor da produção de mais trigo nacional apresentado pelo Dr. Silva é bem diferente dos outros. É que tal produção a preços subsidiados faria mais igualitária a distribuição de renda entre o setor rural e o setor urbano e diminuiria a desigualdade em rendas “per capita” entre o extremo sul do País e outras regiões não especificadas. O Dr. Silva poderia ter observado também que, dado a existência de muitos pequenos e médios tricultores, a política recomendada também faria mais igualitária a distribuição de renda entre indivíduos. Este último argumento tem certo peso em minha opinião. Mas um economista tem que dizer que a transferência de renda entre regiões, setores, e indivíduos pode ser feita por instrumentos mais eficazes do que subsídios a produtores se existe a vontade política de executar tais transferências através do sistema fiscal. Porque, por exemplo, um “terratente” com 500 hectares de trigo deve receber mais transferências do que um arrendatário que cultiva cinco hectares em trigo, pastagens cultivadas, ou arroz?

No fim, continuo achando que a pesquisa e a extensão agrícolas são muito importantes para reduzir os custos de produção de trigo nacional. É verdade que indústrias de insumos e sistemas de transporte mais eficientes podem ajudar. Mas a mais importante questão econômica relacionada à tricultura nacional vai continuar a ser a seguinte: A produção de trigo é a mais eficiente utilização possível de recursos nacionais que tem usos alternativos? Isto é a base da teoria de vantagem comparativa, teoria tão importante para a análise econômica.

É possível que a vantagem comparativa mude com o tempo, os preços no mercado internacional, o progresso tecnológico, e outros fatores influenciando sobre os custos relativos em recursos domésticos de ganhar ou poupar um dólar de divisas produzindo um ou outro produto. Somente através de trabalhos empíricos é possível ter uma melhor idéia da vantagem comparativa. Com tal objetivo, seria útil para economistas agrícolas brasileiros preparar algumas estimativas atualizadas e mais precisas do tipo apresentado na tabela 5 (p 91) do meu artigo. Seria um avanço importante estimar custos marginais de produção dos diferentes produtos diretamente, e não através de suposições que o custo marginal é igual aos preços internacionais menos insumos importados e impostos como fiz para milho, arroz, soja e carne bovina, produtos para os quais não consegui estimativas diretas que merecessem confiança. Também seria interessante considerar os efeitos sobre distribuição de renda e emprego de seguir uma política ditada pela vantagem comparativa. É possível que tais objetivos, além do de eficiência econômica, possam entrar na análise nesta etapa.

**ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (CUSTO DE VIDA) DA CLASSE DE RENDA FAMILIAR
MODAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Base de Ponderação: Maio-Junho/71

Base de Cálculo: Preços médios do mês anterior

Base de Comparação: Mês de dezembro/72 = 100

Componentes do índice	JAN/73	FEV/73	MAR/73	ABR/73	MAI/73	JUN/73	JUL/73
Alimentação	102,27	102,69	104,55	107,18	108,51	109,14	110,84
Habitación	99,75	100,29	100,92	101,18	101,67	102,93	103,45
Despesas Pessoais	100,71	105,71	108,35	109,96	110,25	110,96	111,95
Transportes	101,11	101,94	102,62	102,83	103,05	103,33	103,59
Vestuário	100,15	99,97	101,15	101,03	101,60	102,21	102,71
Saúde	100,95	102,53	104,68	108,61	108,85	109,70	111,37
Educação	100,00	100,00	102,38	105,92	108,88	113,26	114,15
Índices de Preços	101,21	102,32	103,95	105,72	106,58	107,41	108,57